

CAMPO DE EXTERMÍNIO(S): O “MUÇULMANO” COMO PARADIGMA DA VIDA NUA

BRAVO, Guilherme Pigozzi¹

Resumo: Este artigo pretende abordar, a partir do relato de Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, e das reflexões empreendidas por Hannah Arendt e Giorgio Agamben, o quanto, em um campo de extermínio, podem-se degradar tanto a vida quanto a morte de um ser humano submetido a privações e sofrimento. Tal degradação, que se inicia fora do campo e se completa nele, ocorre em um plano em que todas as ações e etapas obedecem a uma lógica funcional, a uma organização meticulosa e cuidadosamente programada, no sentido de desprover a vida humana a ela submetida de qualquer traço de espontaneidade e dignidade. “Muçulmanos”, assim eram denominados todos aqueles considerados “fracos”, “ineptos”, verdadeiros cadáveres ambulantes.

Palavras-Chave: Muçulmano; Auschwitz; Extermínio;

Abstract: This article intends to consider, on the report of Primo Levi, a survivor from Auschwitz, and on the reflections by Hannah Arendt and Giorgio Agamben, how both life and death of a human being submitted to deprivation and suffering can be degraded, in an extermination camp. Such degradation, which starts out of the field and in it is completed, occurs in a stage in which all actions and steps obey to a functional logic, to a painstaking organization carefully designed in order to deprive the human life to it subjected off any trace of spontaneity and dignity. "Muslims" - so were named all those who were considered "weaks", "inepts", real wandering corpses.

Key-Words: Muslim; Auschwitz; Extermination

Introdução: o “Muçulmano”

O termo “muçulmano” era utilizado pelos internos dos campos de extermínio para designar a pessoa que atingira um estágio de completa perda da consciência, da espontaneidade e de qualquer vontade de viver. No entender de Giorgio Agamben (2008: 52), a origem do termo “[...] remete ao significado literal

¹ Graduado em História pela FCL – UNESP de Assis, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela FFC-UNESP de Marília. Artigo apresentado para avaliação junto à disciplina “Teoria social e Reflexões sobre Crime, Violência e Punição” ministrada pelo professor Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, em 2009. Email: guipbravo@yahoo.com.br.

do termo árabe *muslin*, que significa quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus, e está na origem das lendas sobre o pretense fatalismo islâmico, [...]”. Daí a comparação usada por aqueles que ocupavam os campos de concentração nazistas, que viam, na submissão incondicional dos que professam a fé islâmica, o elemento análogo sobre o qual se estabelece a símile. Talvez seja interessante ressaltar que o *muslin*, ao se submeter a Deus, o faz por vontade própria, situação contrária aos “muçulmanos” que perambulavam no interior dos campos e se curvavam como espectros inumanos, sem nunca terem escolhido que assim o fosse.

Primo Levi (1988), em seu relato sobre a experiência de viver em Auschwitz, descreve os “muçulmanos” como homens cuja proximidade com a morte já estava evidente:

A história - ou melhor, a não-história - de todos os ‘muçulmanos’ que vão para o gás, é sempre a mesma: simplesmente, acompanharam a descida até o fim, como os arriões que vão para o mar. Uma vez dentro do Campo, ou por causa de sua intrínseca incapacidade, ou por azar, ou por um banal acidente qualquer, eles foram esmagados antes de conseguir adaptar-se; ficaram para trás, nem começaram a aprender o alemão e a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições, a não ser quando seu corpo já desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção ou da morte por esgotamento. A sua vida é curta, mas seu número é imenso; São eles, os ‘muçulmanos’, os submersos, são eles a força do Campo: a multidão anônima, continuamente renovada e sempre igual, dos não homens que marcham e se esforçam em silêncio; já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar ‘morte’ à sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para compreendê-la. Eles povoam minha memória com sua presença sem rosto, e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que me é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento (LEVI, 1988: 91).

Conforme coloca Primo Levi, na passagem supra citada, os prisioneiros de Auschwitz perderam, por completo, a própria essência da vida humana, em decorrência da humilhante condição a que foram submetidos, ou seja, perderam a capacidade de reagir, de indignar-se, de temer. Tornaram-se, naquele espaço, seres autômatos, “robotizados”. Se analisarmos tais colocações a partir da perspectiva de Hannah Arendt acerca dos campos de concentração e de extermínio como sendo estes “laboratórios” do terror totalitário, cujo objetivo era a dominação total do homem, mediante torturas que não causavam a morte, mas transformavam a vítima em um conjunto de reações previsíveis, mecânicas, podemos considerar o

“muçulmano” como sendo o “produto” final desta experiência.

Em suas reflexões acerca dos campos de concentração, Arendt diz:

Os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível, [...]. Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava um sino, mesmo que não tivesse fome, era um animal degenerado. (ARENDDT, 2006: 488-489).

De acordo com a filósofa alemã, os campos de concentração transformaram-se em espaços de confinamento e de dominação, constituindo, assim, “[...] o modelo social perfeito para o domínio total em geral” (2006: 489). Tornaram-se peças fundamentais, portanto, para a eficácia do poder totalitário. Neste sentido, entender a lógica funcional dos campos de concentração e de extermínio torna-se fundamental para a compreensão do próprio sistema totalitário em sua dimensão e complexidade.

Ao empreender uma análise do mundo totalitário e do campo de concentração, Giorgio Agamben (2002) o faz sob a ótica da biopolítica, construída por Michel Foucault². Para o pensador italiano, o totalitarismo e sua pretensão de domínio total do homem são compreendidos a partir da transformação da política em biopolítica, em que o Estado moderno assume e integra, em sua órbita de poder, o cuidado com a vida natural dos indivíduos. Neste sentido, o homem é visto como espécie e simples corpo vivente. A vida biológica, “vida nua”, torna-se objeto da política estatal, e o campo, como espaço biopolítico desta “vida nua”, “[...] surgirá como o paradigma oculto do espaço político da modernidade, [...]” (AGAMBEN, 2002: 129).

Neste sentido, como a “vida nua” passa a constituir o espaço de

2 No contexto em que a existência biológica do homem transforma-se em locus no qual os mecanismos do poder atuam, em que a vida e a morte passam a sujeitar-se à competência política, Michel Foucault identifica, a partir do século XIX, uma modificação na relação do poder político no que diz respeito à vida e à morte. Até então, tal relação, segundo o pensador francês, pautava-se na fórmula “[...] fazer morrer ou deixar viver” (1999: 287), ou seja, é pelo fato de que a ocorrência da morte depende da vontade do “Poder Soberano” é que a vida passa a ser uma graça por ele concedida. Na nova relação então surgida, a qual Michel Foucault caracteriza como Biopoder, “[...] o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, [...], o poder intervêm sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, [...]” (1999: 295). Dessa forma a morte cede espaço para a vida, tornando-se, então, uma realidade a ser postergada. O Poder se revela não mais no fato de “fazer morrer”, mas na condição de “fazer viver”.

intervenção da biopolítica moderna, conceitos como “vida” e “morte” tornam-se, portanto, conceitos políticos. Assim sendo, a figura do “muçulmano” passou a ter, também, um significado político, transformando-se, no entender de Agamben (2008), em um modelo explicativo na compreensão dos campos de extermínio:

Com efeito, ela implica que o paradigma do extermínio, que até aqui orientou de maneira exclusiva a interpretação dos campos, seja, não substituído, mas acompanhado por outro paradigma, que lança nova luz sobre o extermínio, tornando-o de algum modo mais atroz. Antes de ser o campo de morte, Auschwitz é o lugar de um experimento ainda impensado, no qual, para além da vida e da morte, o judeu se transforma em muçulmano, e o homem em não homem. E não compreenderemos o que é Auschwitz se antes não tivermos compreendido quem ou o que é o muçulmano, [...]. (AGAMBEN, 2008: 60)

Para a definição do termo e da figura do “muçulmano”, e de sua importância na análise dos campos de concentração e extermínio, devemos, para melhor compreendê-la, analisar os meios empregados pelos nazistas na fabricação desses “cadáveres” vivos, com o objetivo de alcançar o domínio total.

A fabricação do “muçulmano”

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Terceiro Reich foi, no plano jurídico-político, a exclusão de determinadas pessoas da proteção da lei. Rompendo o nexos entre o homem e o cidadão, nascimento e nacionalidade, e, a partir dos novos critérios de solo e sangue que definiam a vida humana como portadora da soberania, os alemães passaram, então, a considerar a cidadania como um “título” a ser tanto dado, como questionado pelo poder soberano, estabelecendo um limite, no qual a vida deixava de ter qualquer valor político, podendo, assim, ser eliminada³. Nas palavras de Agamben:

É como se toda valorização e toda ‘politização’ da vida (como esta implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante; é então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada (AGAMBEN, 2002: 146).

Neste contexto biopolítico de “vida sem valor” e “vida que não merece ser

³ O isolamento jurídico dos judeus, de acordo com Zigmunt Bauman (1998: 148) tinha, também, a finalidade de produzir um sentimento de “indiferença” na população alemã em relação ao “destino” do povo semita. Assim, de acordo com o pensador polonês, todas as leis raciais, os decretos, as ações governamentais deveriam ser dirigidas apenas contra o povo judeu. Tais medidas não poderiam afetar diretamente a vida cotidiana da população alemã com transtornos, ou surpresas desagradáveis.

vivida”, o poder soberano torna-se

[...] aquele que decide sobre o valor e o desvalor da vida enquanto tal. A vida, que, com as declarações dos direitos, tinha sido investida como tal do princípio de soberania, torna-se agora ela mesma o local de uma decisão soberana. O Führer representa justamente a própria vida enquanto decide da própria consistência biopolítica. Por isso a sua palavra, [...], é imediatamente lei (AGAMBEN, 2002: 149)⁴.

Além da transformação do estatuto jurídico-político do indivíduo, na biopolítica moderna, o próprio poder de decidir sobre a vida e sobre a morte, que cabia ao soberano, a partir do momento em que este se decidia sobre o estado de exceção, emancipava-se dele, e o campo de concentração é o espaço onde a exceção se torna a regra. No campo, o estado de exceção deixou de ser uma temporária suspensão da lei, tornando-se permanente, realizando-se estavelmente. É por meio desse raciocínio que podemos compreender não só a questão de que, no campo de concentração, “[...] tudo é possível, [...]” (ARENDDT, 2006: 488), mas, também, a própria indistinção, nesse espaço de exceção permanente, de termos como culpa e inocência, norma e exceção, lícito e ilícito, vida e morte, homem e não-homem.

É neste sentido que Giorgio Agamben (2002) demonstra que o campo tornou-se o “paradigma”, no momento em que a política tornou-se biopolítica:

Na medida em que os seus habitantes foram despojados de todo estatuto político e reduzidos integralmente à vida nua, o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão. (AGAMBEN, 2002: 178).

Portanto, “vida nua” consiste na condição que é imposta ao homem por meio da destituição do aporte jurídico-político que lhe garantia, até então, a participação em uma comunidade política enquanto cidadão. Despojado de sua condição de sujeito de direitos, não gozando de qualquer proteção jurídica, o indivíduo fica reduzido a uma existência meramente biológica, em um espaço de exceção, que é o campo. Assim, toda vez que, para o filósofo italiano, nos depararmos com qualquer situação de exceção, onde “vida nua” e norma tornam-se indiscerníveis, teremos, aí, a materialização de um campo de concentração.

O passo seguinte, empregado pelos nazistas, referiu-se à anulação moral do homem, buscando, assim, desprovê-lo de toda a sua dignidade, por meio de

4 Talvez seja a partir deste raciocínio que possamos compreender a atitude de Eichmann ao declarar que não se considerava juridicamente culpado. Ver: (ARENDDT, 1999).

humilhações, torturas, trabalho exaustivo e fome. Após longa viagem em pequenos e lotados vagões, e a chegada ao campo, vários procedimentos eram adotados, visando tal anulação. Tais métodos foram assim descritos por Primo Levi:

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo, [...]. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos, [...]. Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência, [...] Häftling: aprendi que sou um Häftling. Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo (LEVI, 1988: 24-25).

Reduzir seres humanos a meros números e, conseqüentemente, despi-los ainda mais do caráter humano, é reificá-los⁵. A despersonalização dos indivíduos em uma linguagem matemática transforma o “fazer morrer” em um ofício burocratizado, insensível e desumano.

Ao lermos a passagem acima citada do relato de Primo Levi, podemos perceber, ainda, a gênese do “muçulmano”, e do espectro humano. Posto nesta condição, onde hábitos e comportamentos sociais desaparecem, o indivíduo chega à fronteira do não-homem.

Outra medida moralmente degradante foi não só a convivência de várias categorias de presos com criminosos comuns, mas a de conceder a estes últimos a administração das tarefas, promovendo-os a uma alta posição na hierarquia do campo. Tal ato implicava a percepção, por parte daqueles que não tinham cometido crime algum, de que tinham atingido a mais baixa condição social, de que seu “crime” era muito mais grave do qualquer outro. De acordo com Primo Levi:

⁵ Tal processo foi descrito por Zygmunt Bauman (1998: 126-127) como “[...] desumanização dos objetos da operação burocrática, [...]”, ou seja, as vítimas foram transformadas em “objetos” de contabilidade, sendo expressas em uma linguagem matemática, puramente “quantitativa”, despida de qualquer significação ética e moral.

Aprendemos rapidamente que os hóspedes do Campo dividem-se em três categorias: os criminosos, os políticos e os judeus. Todos vestem roupa listrada, todos são Häftlinge, mas os criminosos levam, ao lado do número, costurado no casaco, um triângulo verde; os políticos, um triângulo vermelho; os judeus, que formam a grande maioria, levam a estrela de Davi, vermelha e amarela. Os SS estão aqui, sim; poucos, porém, fora do Campo, e raramente aparecem. Nossos verdadeiros patrões são os triângulos verdes, que podem fazer de nós o que querem, e, além deles, os das outras duas categorias que se prestem a secundá-los. E estes não são poucos (LEVI, 1988: 31).

Outro fator importante foi o rompimento da solidariedade entre os internos, principalmente entre os judeus, que formavam a maioria no campo, rompimento causado não só pela própria condição de animal-homem isolado em que ficaram, reduzidos na luta pela sobrevivência, mas também porque parte dos prisioneiros era escolhida para a função de “Kapos” (guardas), sendo, assim, obrigados a torturar seus companheiros de prisão. Outra função, ainda mais terrível, e destinada aos presos, principalmente aos judeus, foi a operação e a manutenção dos fornos crematórios. O chamado Sonderkommando constituía um grupo de prisioneiros que tinha, como principal função, o transporte e a cremação dos cadáveres.

Sobre os maus tratos infligidos pelos “Kapos”, Levi escreve:

Mas o poder de que dispunham os funcionários dos quais se fala, inclusive os de escalão inferior, como os Kapos das brigadas de trabalho, era substancialmente ilimitado; ou melhor, à sua violência se impunha um limite inferior, no sentido de que eles eram punidos ou destituídos se não se mostrassem suficientemente duros, mas nenhum limite superior. Em outros termos, estavam liberados para cometer contra seus subordinados as piores atrocidades a título de punição para qualquer transgressão, ou mesmo sem motivo algum, [...] (LEVI, 2004: 39-40).

Em outra passagem, Primo Levi (1988) nos mostra como a posição de “Kapo” tornou-se um dos “difícilimos” caminhos para a sobrevivência⁶. Neste trecho, o termo “Proeminentes” identifica os funcionários do campo:

6 De acordo com Zigmunt Bauman (1998: 147), um dos aspectos mais cruéis revelados pela terrível experiência do Holocausto foi “[...] a capacidade do poder moderno, racional, burocraticamente organizado, de induzir ações funcionalmente indispensáveis a seus propósitos, embora em dissonância com os interesses vitais dos atores”, ou seja, oferecer uma escolha às vítimas, em uma situação de exceção, na qual todas as decisões e ações contribuem para beneficiar o sistema. Assim, quer seja racional ou não, todo comportamento serviria aos propósitos dos nazistas. Agir racionalmente com o objetivo de sobreviver implicava a colaboração na morte de outras pessoas, por meio da participação direta nas várias etapas do extermínio (BAUMAN, 1998: 160).

Os ‘proeminentes’ judeus constituem um triste e notável fenômeno humano, [...]. São o típico produto da estrutura do Campo de concentração alemão: basta oferecer a alguns indivíduos em estado de escravidão uma situação privilegiada, certo conforto e uma boa probabilidade de sobrevivência, exigindo em troca a traição da natural solidariedade com os companheiros, e haverá por certo quem aceite. Ele será subtraído à lei comum e se tornará intangível; será, então, tanto mais odioso e odiado quanto maior for o poder a ele concedido. Quando lhe for confiado o comando de um grupo de infelizes, com direito de vida e morte sobre eles, será cruel e tirânico, bem sabendo que, se não o for bastante, outro, julgado mais idôneo, tomará o seu lugar. Acontecerá, ainda, que a sua capacidade de odiar, frustrada frente aos opressores, se volte, insensatamente, contra os oprimidos; ele ficará satisfeito ao descarregar sobre seus subordinados a ofensa que recebeu de seus chefes (LEVI, 1988: 92).

Essas descrições acerca dos “Kapos” e de suas funções e poderes nos fazem compreender melhor o motivo pelo qual, no campo, as palavras culpa e inocência, lícito e ilícito tornaram-se indiscerníveis e, ao mesmo tempo, nos fazem perceber a total degradação ética e moral do ser humano, quando o ódio em relação aos guardas da SS tornou-se cumplicidade. Total degradação completou-se nos “Sonderkommandos”, grupos especiais que cuidavam da gestão dos fornos crematórios. Meticulosamente calculado pelos nazistas, o emprego dos prisioneiros nessas tarefas tinha um dupla finalidade: além do caráter prático de poupar homens da SS neste tipo de trabalho, havia, por outro lado, a tentativa de transferir para as vítimas o pesado fardo do assassinato. A participação nessa dura tarefa parece ser o indicativo de destruição dos valores morais e éticos que fazem do homem um ser social. Nas palavras de Primo Levi:

Com esta denominação deliberadamente vaga, ‘Esquadrão Especial’, era indicado pelos SS o grupo de prisioneiros aos quais estava confiada a gestão dos fornos crematórios. A eles cabia manter a ordem entre os recém-chegados (muitas vezes inteiramente inconscientes do destino que os esperava) que deviam ser introduzidos nas câmaras de gás; tirar das câmaras os cadáveres; extrair o ouro dos dentes; cortar os cabelos das mulheres; separar e classificar as roupas, os sapatos, o conteúdo das bagagens; transportar os cadáveres para os fornos crematórios e cuidar do funcionamento dos fornos; retirar e eliminar as cinzas. O Esquadrão Especial de Auschwitz contava, dependendo da época, com um efetivo entre setecentos e mil prisioneiros. (LEVI, 2004: 43).

Sobre a humilhação e a perda da dignidade que tais tarefas infligiam aos prisioneiros, transformando-os em “assassinos”, Primo Levi diz:

Os Esquadrões Especiais eram constituídos em sua maior parte pelos judeus. Por um lado, isso não pode espantar, uma vez que o objetivo principal dos Lager era destruir os judeus e que a população de Auschwitz, a partir de 1943, era constituída por judeus numa proporção entre 90 e 95%; por outro, fica-se atônito diante deste paroxismo de perfídia e de ódio: os judeus é que deveriam pôr nos fornos os judeus, devia-se demonstrar que os judeus, sub-raça, sub-homens, se dobram a qualquer humilhação, inclusive a destruição de si mesmos (LEVI, 2004: 44).

Subjugados, os judeus foram, ainda, transformados em autores de sua própria destruição moral e física. Para tanto, o isolamento do campo em relação ao mundo exterior configurou-se como fator altamente considerável neste processo de degradação ética, cujo objetivo era a desumanização das vítimas. Este isolamento representava, para o prisioneiro, que ele não fazia mais parte do mundo dos vivos. Ninguém, fora dos campos, iria ouvir algo ou ter informações a seu respeito. A entrada no campo significava permanecer completamente apartado da sociedade.

Além de encontrar-se em uma condição de total incomunicabilidade com o mundo exterior, dentro do campo, a comunicação entre os internos, e entre estes e os guardas e oficiais da SS, era dificultada, tanto pela questão da não compreensão das várias línguas ali faladas, como também por representar um risco de ser humilhado e espancado pelos “Kapos”. De acordo com Agamben:

Auschwitz é a refutação radical de todo princípio de comunicação obrigatória. E não só porque, de acordo com o testemunho constante dos sobreviventes, a tentativa de induzir um Kapo ou um membro da SS a comunicar provocava frequentemente apenas cacetadas, ou, porque, conforme é lembrado por Marsalek, em certos Lager toda comunicação era substituída pelo bastão de borracha que, por esse motivo, havia sido ironicamente rebatizado como *Der Dolmetscher*, ‘o intérprete’ (AGAMBEN, 2008: 72).

Diante do que foi exposto, podemos refletir os significados que ganhou, no campo, a palavra extermínio. A própria figura do “muçulmano”, o “cadáver ambulante”, a figura “sem rosto” que perdeu qualquer traço de dignidade, representava a morte moral, a “vida nua” a que o homem foi reduzido. Ele é a vida que se inicia quando a dignidade é exterminada, quando não é mais possível distinguir, nele, o homem do não-homem. Nele, percebemos que há uma humanidade do homem que pode ser distinta e separada de sua humanidade biológica. Daí o duplo sentido da palavra extermínio.

Neste sentido, “[...] existe, portanto, um ponto em que, apesar de manter a aparência de homem, o homem deixa de ser humano. Esse ponto é o muçulmano, e

o campo é, por excelência, o seu lugar, [...]” (AGAMBEN, 2008: 62).

É por esse motivo que Primo Levi (2004) diz que somente aqueles que realmente “tocaram o fundo”, ou seja, os “muçulmanos”, constituem-se em verdadeiras testemunhas. Pois, se o campo é o local de produção da “vida nua”, os sobreviventes constituem-se a exceção. Mas, dada a impossibilidade de testemunho daqueles que “submergiram”, os que “voltaram” podem testemunhar:

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas, muitos anos depois. Nós, os sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo, [...]. Mas são eles, os ‘muçulmanos’, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção, [...]. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação (LEVI, 2004: 72-73).

É interessante ressaltar que a figura do “Muçulmano” tornou-se motivo de vergonha por parte daqueles que sobreviveram, porque, se os campos de concentração e de extermínio simbolizam o lugar onde a ética, a moral e a dignidade humana esvaziam-se de todo sentido, aqueles que conseguiram se adaptar e, portanto, sobreviver, não são os melhores. A vergonha está justamente em ter sobrevivido ao não-homem, de ter suportado tudo aquilo que ultrapassa o próprio limite do humano. Nas palavras de Primo Levi:

Sobreviviam de preferência os piores, os egoístas, os violentos, os insensíveis, os colaboradores da ‘zona cinzenta’, os delatores. (...) Decerto me sentia inocente, mas, arrolado entre os sobreviventes, buscava permanentemente uma justificação diante de meus olhos e dos de outros. Sobreviviam os piores, isto é, os mais adaptados; os melhores, todos, morreram. (LEVI, 2004: 71).

Portanto, aos sobreviventes dos campos de concentração, o mal-estar está justamente na percepção de que o que conseguiram conservar da atroz experiência que viveram não foi a dignidade, mas a possibilidade humana de suportar tão grande degradação.

Foi justamente esta percepção que faltou aos carrascos da SS que trabalhavam nos campos. Percepção de que, para cumprir as ordens que lhes eram

dadas, tiveram eles também de suportar e de fazer o inumano, despir-se de toda dignidade e valores. Não percebiam que, no ponto em que diziam não ter escolha, que deviam cumprir as ordens, ali, onde acreditavam que conservavam a dignidade, eles a perderam, se anularam.

Assim, deixar de cumprir o que lhes era determinado era-lhes mais insuportável do que aquilo que a tarefa exigia. Tal situação “[...] parece indicar que o medo da responsabilidade é mais forte do que a consciência e ainda mais forte, em certas circunstâncias, do que o medo da morte, [...]” (ARENDDT, 2008: 270).

Aqueles que não suportaram tal degradação, que, sucumbiram diante da situação extrema a que foram submetidos, os tais “muçulmanos”, experimentaram, nesse lugar de horrores, não só a degradação da vida como, também, da própria morte. Não tiveram a morte enquanto algo natural da condição de seres viventes. Auschwitz conseguia produzir cadáveres muito antes de se extinguirem as chamas da vida. Mortos em vida, a câmara de gás tornava-se o golpe de misericórdia, era o que lhes restava:

Em todo caso, a expressão “fabricação de cadáveres” implica que aqui já não se possa propriamente falar de morte, que não era morte aquela dos campos, mas algo infinitamente mais ultrajante que a morte. Em Auschwitz não se morria: produziam-se cadáveres. Cadáveres sem morte, não-homens cujo falecimento foi rebaixado a produção em série. É precisamente a degradação da morte que constituiria, segundo uma possível e difundida interpretação, a ofensa específica de Auschwitz, o nome próprio do seu horror (AGAMBEN, 2008: 78).

É a partir dessas reflexões que Agamben, ao retomar o pensamento de Michel Foucault (1999) acerca da biopolítica moderna, mostra que, nos regimes totalitários, a fabricação da morte e sua degradação torna-se o ponto onde o “fazer morrer e o deixar viver”, que caracterizava o poder na sua figura tradicional da soberania territorial, cruza-se com o “fazer viver e deixar morrer”, característica do biopoder⁷.

No campo, no qual a exceção torna-se norma, o “fazer viver” coincide com o “fazer morrer”, e a biopolítica se transforma em “tanatopolítica”, política da

7 Michel Foucault (1999: 304), ao questionar de que maneira se pode “administrar” ou “legitimar” a decisão de matar em uma organização política cujo exercício do poder está direcionado à manutenção da vida, demonstra que é por intermédio do “racismo” que a morte se torna não só legítima como, também, necessária, no exercício da biopolítica. A prática racista, de acordo com o referido autor, é compatível com o exercício da biopolítica, na medida em que a saúde e a integridade do corpo social está condicionada à eliminação dos degenerados, dos deficientes, dos mais fracos. Da mesma forma, deve-se evitar o contato, a convivência da população “sadia” com raças consideradas “inferiores”. Assim, a morte torna-se compatível com a biopolítica, na medida em que é vista como medida vital para o aperfeiçoamento e, conseqüentemente, sobrevivência de uma determinada raça ou grupo populacional (FOUCAULT, 1999: 305). Neste sentido, o “poder soberano” e a “biopolítica” se combinam no exercício do poder político.

morte. Neste ponto, política e polícia tornam-se indistintos e a eliminação dos judeus corresponde à produção do corpo alemão:

Distinguindo entre política (Politik) e polícia (Polizei), von Justi conferia à primeira uma atribuição meramente negativa (a luta contra os inimigos internos e externos do Estado) e à segunda uma atribuição positiva (a tutela e o crescimento da vida dos cidadãos). Não se compreende a biopolítica nacional-socialista (e, com ela, boa parte da política moderna, mesmo fora do terceiro Reich), se não se entende que ela implica o desaparecimento da distinção entre os dois termos: a polícia torna-se então política, e a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo, [...]. Somente nesta perspectiva adquire todo o seu sentido o extermínio dos hebreus, em que polícia e política, motivos eugenéticos e motivos ideológicos, tutela da saúde e luta contra o inimigo tornam-se absolutamente indiscerníveis (AGAMBEN, 2002: 154).

Tal perspectiva pode nos fazer compreender o que Hannah Arendt (2008: 261)⁸ denominou como “natureza não-utilitária” dos campos de extermínio. Assim, as deportações durante o período de escassez de meios de transporte, a construção e o pleno funcionamento de tais campos durante os esforços de guerra, as câmaras, os programas de eutanásia e os experimentos médicos realizados nos prisioneiros ultrapassam a capacidade de julgamento e entendimento do senso comum.

Primo Levi, ao descrever as humilhações, como a nudez pública durante várias horas, os castigos físicos, as torturas e o trabalho forçado que, ao invés de explorar as habilidades e competência profissional, serviam para rebaixar o homem à condição de animal de carga, utiliza o termo “violência inútil”, a qual não é calculada para beneficiar seus autores:

Para um nazista ortodoxo devia ser óbvio, nítido, claro que todos os judeus tinham de ser mortos: era um dogma, um postulado. Também as crianças, por certo: também e especialmente as mulheres grávidas, para que não nascessem futuros inimigos. Mas, por que, em suas razias furiosas em todas as cidades e povoados de seu império imenso, violar a porta dos moribundos? Por que se meterem a arrastá-los até os trens, para levá-los a morrer longe após uma viagem insensata na Polônia, no limiar das câmaras de gás? Em seu comboio havia duas moribundas de noventa anos, arrancadas da enfermaria de Fóssoli: uma, morreu na viagem, assistida em vão pelas filhas. Não teria sido mais simples, mais “econômico” deixá-las morrer ou quem sabe assassiná-las em seus leitos, em vez de inserir sua agonia na agonia coletiva do trem? Verdadeiramente somos induzidos a pensar que, no Terceiro Reich, a escolha melhor, a escolha imposta de cima para baixo fosse aquela que comportava a máxima aflição, o máximo

⁸ Ver também: ARENDT, 2004.

esbanjamento físico e moral. O “inimigo”, não devia apenas morrer, mas morrer no tormento (LEVI, 2004: 103-104).

A única razão encontrada por Levi, para justificar essa “violência inútil”, consistia na necessidade de se preparar e de se condicionar aqueles que executariam a tarefa de matar, tornar-lhes possível fazer o que deveriam fazer. Assim, a vida perde todo o seu valor e, a morte, transformada em algo burocraticamente fabricável, perde a sua dignidade, o mal se banaliza. Tal fato pode ser percebido, claramente, no diálogo do personagem Michael Berg, do livro *O Leitor* (SCHLINK, 2009: 166-168), com o motorista que lhe dá carona para visitar um campo de concentração. Ao contar o motivo da visita, o motorista o interpelou:

O que quer entender, na verdade? O senhor entende quando os homens matam por causa de paixões, por amor, ou por ódio, ou pela honra, ou por vingança? [...]. O senhor também entende quando os homens matam para ficarem ricos ou poderosos? Quando os homens matam na guerra ou em uma revolução? [...]. Mas aqueles que foram mortos nos campos de concentração não fizeram nada aos que os mataram? É isso o que o senhor quer dizer? O senhor quer dizer que não havia nenhum motivo para o ódio e nenhuma guerra? O senhor tem razão, não havia nenhuma guerra e nenhum motivo para o ódio. Mas o carrasco também não odeia aquele a quem executa, e o executa assim mesmo. Seguindo ordens? O senhor acha que ele faz a execução porque mandaram? E o senhor acha que estou falando agora sobre ordens e obediência, falando que as tropas nos campos de concentração recebiam ordens e tinham que obedecer, [...]. Não, não estou falando sobre mando e obediência. O carrasco não segue nenhuma ordem. Ele faz o seu trabalho, não odeia os que executa, não se vinga deles, não os assassina porque estão no seu caminho, ou o ameaçam, ou o atacam. É indiferente a eles. Tão indiferente que pode tanto matá-los quanto não matá-los. Uma vez, [...], vi uma fotografia do fuzilamento de judeus na Rússia. Os judeus esperavam nus em uma longa fila, alguns ficavam na borda de uma cova e atrás deles ficavam os soldados com os fuzis, atirando na nuca de cada um. Isso acontecia numa pedreira, e sobre os judeus e os soldados, numa saliência do paredão de pedra estava sentado um oficial, com as pernas a balançar e fumando um cigarro. Ele parecia um pouco aborrecido. Talvez a coisa não estivesse acontecendo com suficiente presteza. Entretanto ele também tinha um ar de satisfação, até de contentamento no rosto, talvez porque o dia de trabalho estivesse passando e logo seria a hora de largar o serviço.

De acordo com Zigmunt Bauman (1998), a Solução Final foi fruto de uma estratégia formulada por uma complexa rede burocrática, ou seja, toda a logística da morte foi pensada, planejada e executada seguindo os métodos de uma organização burocrática: divisão de tarefas, controle dos gastos e a máxima eficiência na execução dos objetivos propostos. A produção do “muçulmano”, que, conforme visto, inicia-se fora do campo e se completa nele, ocorre em um plano em que todas as ações e etapas foram fiéis a uma lógica funcional burocrática, a uma organização meticulosa e cuidadosamente programada, no sentido de desprover a vida humana a ela submetida de qualquer traço de espontaneidade e dignidade, reduzindo-a à condição de matéria-prima para as fábricas de morte. Lidar com tal matéria-prima, como bem mostra a citação acima, tornou-se um trabalho como outro qualquer, às vezes entediante; outras, compensador.

Considerações Finais

Quando lemos as memórias de Primo Levi, podemos, através do poder revelador das palavras, sentir, visualizar, em certa medida, os horrores e os sofrimentos infligidos aos que, vítimas do infortúnio da vida, experimentaram a humilhação, a degradação.

Muitos perderam, nos campos de concentração nazistas, o que todo homem tem de humano. Foram despidos de seus valores mais íntimos, de suas crenças, de sua capacidade de raciocínio e de discernimento. Como títeres, nas mãos dos Kapos, cumpriram ordens, “acostumaram-se” às privações. Tornaram-se “vidas nuas”, seres sem identidade. Os que pereceram, juntaram-se em valas comuns, como massa disforme, desprovida de vida em seu mais amplo sentido.

Os que sobreviveram ao “calor” dos fornos crematórios, das pestilências, da inanição trouxeram tatuadas, não só no corpo, como também na alma, as marcas indeléveis da dor, da humilhação, do extremo sofrimento, além da culpa por continuarem sendo lembranças vivas do que pode fazer e de até onde pode chegar o homem. Nos campos de extermínio, no embate homem versus homem, degradaram-se todos.

Hannah Arendt e Giorgio Agamben, cada qual com sua visão de mundo, procuram entender e, na medida do possível, explicar o que aconteceu durante esse trágico período da História, e quais teriam sido as razões que levaram o Homem a praticar tais atos, quais teriam sido os seus antecedentes, o fio condutor, o pano de fundo dessa época.

Analisar tal período torna-se, assim, tarefa difícil, pois nos remete ao limite humano/desumano, ao irracional, ao animalesco, à face mais primitiva do Homem. Tentar analisar e entender as atitudes e o comportamento tanto dos que conceberam o que se denominou Solução Final, quanto os que dela foram vítimas é, indubitavelmente, empreender um exercício em que razão e bestialidade disputam o

poder de decisão entre a vida e a morte, reduzindo todos que deste embate participaram a seres desnudos dos valores que conferem a qualquer ser humano a sua real condição de humano.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

___. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

___. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

___. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

___. **Compreender: Formação, Exílio e Totalitarismo (ensaios) 1930-1954**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

___. **Os Afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SCHLINK, Bernhard. **O Leitor**. Rio de Janeiro: Record, 2009.